



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Norte - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

Parecer nº 21/IEF/URFBIO NORTE - NUREG/2023

PROCESSO Nº 2100.01.0007776/2023-59

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: FAUSTO GERALDO FERREIRA FILHO		CPF/CNPJ: 577.434.286-72
Endereço: Fazenda Baixa Fria, S/N		Bairro: ZONA RURAL
Município: FRANCISCO SÁ	UF: MG	CEP: 39580-000
Telefone: (38) 99955-1889	E-mail: agapeambiental@yahoo.com.br	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?
(x) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:		CPF/CNPJ:
Endereço:		Bairro:
Município:	UF:	CEP:
Telefone:	E-mail:	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: FAZENDA BAIXA FRIA		Área Total (ha): 631,1440
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 6654 02/RG	Folha: - Comarca: Francisco Sá/MG	Município/UF: FRANCISCO SÁ
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3126703-B83E.8399.A5C2.49BA.8AD6.5620.D85A.4B9D		

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca para uso alternativo do solo	100,00	ha

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca para uso alternativo do solo	100,00	ha	23K	658.514	8.193.058

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Pecuária	pastagem	100,00

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Caatinga	Floresta Estacional decidual	Inicial	100,00

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa		1.183,384	m3

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo:14/04/2023

Data da vistoria:12/05/2023

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

Data de emissão do parecer técnico:22/05/2023

2. OBJETIVO

É objeto desse parecer analisar a supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, em área de 100,00ha de Floresta Estacional Decidual estágio inicial, inserido no Bioma Caatinga-MAPA IBGE, pela Lei Federal 11.428/06 – dentro das Disjunções do Bioma Mata Atlântica. O objetivo implantação de projeto pecuária (pastagem), localizada na FAZENDA BAIXA FRIA no município de Francisco Sá/MG, tendo como empreendedor/responsável FAUSTO GERALDO FERREIRA FILHO, inscrito no CNPF nº 577.434.286-72.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O imóvel rural denominada localizada na FAZENDA BAIXA FRIA no município de Francisco Sá/MG, com área documental de 631,15,28ha, documental e CAR com área de 631,1440 ha, registrada sob a matrícula 6654 no Cartório de Registro de Imóveis de Francisco Sá/MG, em nome de Geraldo de Oliveira Queiroz, CPF nº 065.921.806-25, proprietário de uma imóvel rural denominada Fazenda Baixa Fria deste município de Francisco Sá/MG, tendo proprietário atual responsável FAUSTO GERALDO FERREIRA FILHO, inscrito no CNPF nº 577.434.286-72, conforme Escritura de Pública de Compra e Venda, datado de 08/02/2021, anexo ao processo supracitado.

A propriedade apresenta cobertura de Floresta Estacional Decidual estágio médio e inicial de regeneração natural, inserido no Bioma Caatinga-MAPA IBGE, dentro da área de aplicação da Lei Federal 11.428/06 (Mata Atlântica).

A propriedade predomina a vegetação nativa de típica de Floresta Estacional Decidual inserido no Bioma Caatinga-MAPA IBGE, dentro da área de aplicação da Lei Federal 11.428/06 (Mata Atlântica).

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

Número do registro: : MG-3126703-B83E.8399.A5C2.49BA.8AD6.5620.D85A.4B9D

- Área total: 631,1440 ha

- Área de reserva legal: 130,0002ha

- Área de Preservação Permanente: 1,5430 ha

Área de uso antrópico consolidado: 171,7575 ha

Qual a situação da área de reserva legal:

() A área está preservada: 130,0002 ha

() A área está em recuperação:ha

() A área deverá ser recuperada:.....ha

() Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

Qual a modalidade da área de reserva legal:

* () Dentro do próprio imóvel * () Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade * ()
Compensada em imóvel de outra titularidade.

Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

A reserva legal é composta em único fragmento com 130,0002ha Floresta Estacional Decidual.

Parecer sobre o CAR:

Observação :

* Fica APROVADA a demarcação da Reserva Legal, conforme Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no CAR, datado de 4/12/2020, em cumprimento a Instrução de Serviço Conjunta nº01/2014- SEMAD/IEF, à Lei 12.651/12 e a Lei 20.922/2013 em uma área de uma área de 130,0002ha de Cerrado.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

O município de Francisco Sá/MG, apresenta 46,74% de cobertura de vegetação nativa.

O empreendedor requer a supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, em área de 100,00ha de Floresta Estacional Decidual estágio inicial, inserido no Bioma Caatinga-MAPA IBGE, dentro da abrangência do Bioma Mata Atlântica, Lei Federal 11.428/2006. O objetivo implantação de projeto pecuária (pastagem), localizada na FAZENDA BAIXA FRIA no município de Francisco Sá/MG, tendo como empreendedor/responsável FAUSTO GERALDO FERREIRA FILHO, inscrito no CNPF nº 577.434.286-72.

* O rendimento do material lenhoso previsto é **1.183,3840m3 de lenha** de floresta nativa, referente a área recomendada para intervenção ambiental de 100,00ha de FED-Inicial.

Obs.: O empreendedor deverá recolher a taxa de reposição florestal referente a **1.183,3840m3 de lenha de florestal nativa**, antes da emissão do AIA.

*Taxa de Expediente: Taxa de expediente referente a 100,0ha de supressão de cobertura nativa, com destoca, Valor R\$1.088,55-Quitada em 16/11/2022.

*Taxa de Expediente Complementar: Taxa de expediente referente a 100,0ha de supressão de cobertura nativa, com destoca, Valor R\$59,72-Quitada em 08/03/2023.

*Taxa florestal: Taxa florestal referente a 783,2059m3, de lenha de floresta nativa, Valor R\$7.903,14-Quitada em 16/11/2022.

Taxa florestal complementar: Taxa florestal referente a 783,2059m3, de lenha de floresta nativa, Valor

R\$441,68- Quitada em 16/11/2023.

*Número do recibo do projeto cadastrado no SINAFLOR: 23124897.

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

Conforme o Zoneamento Ecológico do Estado de Minas (ZEE), a área requerida para intervenção ambiental apresenta as seguintes características:

- Vulnerabilidade Natural: Alta;
- Vulnerabilidade do Solo à Erosão: Muito Alta;
- Integridade da Fauna: Média;
- Integridade da Flora: Alta.

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

Atividades desenvolvidas: Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo.

Atividades licenciadas: G-02-07-0

Classe do empreendimento: 1

Critério locacional: 1

Modalidade de licenciamento: Não Passível

Numero do documento:

4.3 Vistoria realizada:

Obs. Vistoria realizada em campo e análise de imagens de satélite(Google) e IDE-Sisema.

4.3.1 Características físicas:

Topografia: A topografia da área de estudo é considerada levemente ondulada.

Solo: O solo da área é classificado como Latossolo. Trata-se de solos com cores vermelhas acentuadas em virtude dos altos teores de óxidos de ferro no material de origem devido. A fertilidade natural é variável conforme a origem do material. Os teores de argila no horizonte subsuperficial são maiores que no horizonte superficial.

Hidrografia: Pertencente a hidrografia do Rio São Francisco, o município de Francisco Sá é drenada por afluentes do Rio Verde Grande: Caititu, São Domingos, QuemQuem e o Gortuba. Apesar de possuir uma rede de drenagem significativa. Nas áreas de intervenção não existe curso d'água.

4.2.2. Características biológicas:

Vegetação: A propriedade apresenta vegetação apresenta cobertura vegetal nativa de Floresta Estacional Decidual, inserida no Bioma Caatinga, dentro da aplicação da Lei Federal 11.428/2026.

*Espécies florestais como: Bucho de boi, periquiteira, imburana, etc.

PLANO DE MANEJO DE FAUNA SILVESTRE

RESGATE E AFUGENTAMENTO EM ÁREA DE SUPRESSÃO DE 100,00ha HECTARES PARA USO ALTERNATIVO DO SOLO

5- PROGRAMA DE AFUGENTAMENTO E RESGATE DA FAUNA

5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este documento apresenta a proposta técnica para o Programa de Afugentamento e Resgate da Fauna na área de influência Fazenda Baixa Fria, o empreendimento se localiza no Município de Francisco Sá - MG. O presente programa visa afugentar e resgatar quando necessário os animais da fauna.

6 OBJETIVOS 6.1 OBJETIVO GERAL O Programa do afugentamento e resgate de fauna executado na supressão da vegetação nativa tem como objetivo garantir a execução dos quesitos mínimos adotados para garantir a integridade da Fauna na atividade de supressão.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS > Afugentar os animais, mediante o estabelecimento de especificações e procedimentos a serem adotados durante as atividades por meio da adoção de medidas de controle e monitoramento eficientes; > Resgatar a fauna da área de supressão, quando assim for necessário; > Garantir o cumprimento das normas e legislações aplicadas pelos órgãos competentes desta atividade. 7 ÁREA DE ESTUDO A Fazenda Baixa Fria é uma propriedade que está inserida no quadro rural do município de Francisco Sá - MG, com área total de 631,1440 ha

8.1 ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA) Para a fauna a Área Diretamente Afetada é restrita à área onde ocorrem os trabalhos de supressão de vegetação nativa para formação de pastagens e áreas de benfeitorias, uma vez que as alterações bióticas sobre essas áreas podem causar modificações na biodiversidade observada, por exemplo, atraindo espécies generalistas e afastando as espécies especialistas e/ou dependentes de ambientes mais isolados.

8.2 ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID) A Área de Influência Direta foi definida para a fauna como as áreas onde os impactos das ações das fases de planejamento, implantação e operação do empreendimento incidem diretamente e de forma primária sobre os elementos do meio biótico (vegetação e fauna). Assim, a AID está definida como as áreas de preservação permanente, reservas legais e remanescentes de vegetação nativa que apesar de não serem diretamente afetadas podem sofrer com impactos diretos da operação. Tendo em vista que a localização da área onde se pretende instalar o empreendimento encontra-se em área urbana. 9.3 ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA (AII) A Área de Influência Indireta (AII) compreende os locais passíveis de serem influenciados indiretamente, positiva ou negativamente pelo empreendimento ou mesmo de influenciarem, tanto positiva quanto negativamente o empreendimento. Assim, foi definido um raio de 500M ao redor da AID como sendo a AII. Este valor de 500M toma como base um valor médio de deslocamento de onças-pintadas, que podem ocupar áreas de 10 km² a 200 km² (Salom-Pérez et al. 2007, Silver et al. 2004).

9 BIOMA

Os dados disponibilizados no IDE-Sisema apontam que o bioma do empreendimento se encontra inserido no Bioma Mata Atlântica, a área da fazenda Baixa Fria é formada por áreas de estágio inicial de regeneração.

Deste modo a área do empreendimento está inserida no domínio fitogeográfico composto pelo bioma Mata Atlântica. Essa é uma região com vasta complexibilidade vegetacional, sendo também uma área de vegetação de estágio inicial de regeneração, devido a sua localização A Mata Atlântica que ocorre em Minas Gerais é bastante heterogênea, com uma fisionomia vegetacional que vai desde a floresta ombrófila densa até as florestas estacionais semidecíduais. Além dessas tipologias, as áreas de contato entre essas formações, as matas ciliares e os remanescentes incrustados em outras formações, também são incluídas no bioma”. Durante a visita à fazenda Baixa Fria foram percorridos transectos e observadas as fisionomias e recursos ambientais presentes para se poder ponderar a potencial ocorrência de espécies registradas no entorno.

10 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA A área está localizada na zona rural do município de Francisco Sá. Francisco Sá é uma cidade de Estado do Minas Gerais. Os habitantes se chamam francisco-saenses. O município se estende por 2 747,3 km² e contava com 26 277 habitantes no último censo (IBGE). A densidade demográfica é de 9,6 habitantes por km² no território do município. Vizinho dos municípios de Capitão Enéas e Juramento, Francisco Sá se situa a 50 km ao Norte-Leste de Montes Claros a maior cidade nos arredores.

10.1 CLIMA O clima na AID, segundo Koppen e Geiser, é do tipo Aw (tropical) com invernos secos e amenos e verões chuvosos com temperaturas altas. O bioma predominante na região é o da Mata Atlântica com alguns trechos com fotofisionomia do Cerrado. Figura 8 Índice de precipitação e Os dados apresentados representam o comportamento da chuva e da temperatura ao longo do ano. As médias

climatológicas são valores calculados a partir de uma série de dados de 30 anos observados. É possível identificar as épocas mais chuvosas/secas e quentes/frias de uma região. 11 AMOSTRAGEM DA FAUNA E EXECUÇÃO 11.

1 Treinamento da equipe executora Para que a supressão da vegetação e o afugentamento e resgate da fauna transcorresse de forma segura e competente será realizado uma palestra introdutória com o objetivo de orientar, capacitar e sensibilizar todos os funcionários envolvidos no processo de supressão da vegetação. O treinamento de capacitação será desenvolvido através de palestras enfatizando a importância da realização do resgate e afugentamento da fauna, expondo como seria realizado esse processo, qual o objetivo e a maneira correta de se proceder durante as atividades.

11. 2 Planejamento das atividades de campo A equipe de campo se dividirá em duas frentes de trabalho, constituídas por um biólogo e um auxiliar. E por um médico veterinário e um auxiliar. O biólogo coordenador de campo ficará responsável pelos procedimentos de afugentamento e resgate de fauna, sinalização e isolamento de área onde a fauna não será possível afugentar, além de identificar e registrar a presença de vestígios. O Médico veterinário ficará responsável pelo atendimento a animais machucados e/ou com risco de morte. Com o auxílio de uma tenda será montada essa clínica temporária para o atendimento a esses animais feridos.

11. 3 Procedimentos anteriores a fase de desmatamento Anterior à supressão da vegetação será realizada uma inspeção prévia da área pela equipe de fauna. O afugentamento dos animais nesta etapa visa afastar o máximo de espécimes ocorrentes na área diretamente afetada pela supressão antes das atividades de modificação do ambiente. Este período que antecede a supressão é curto a fim de que não houvesse recolonização das áreas que seriam suprimidas. Com o intuito de alcançar uma maior eficiência no afugentamento de animais por meio ativo, o profissional percorre toda a área, analisando os potenciais microhabitats que possam ser utilizados pelos animais, como ocos de árvores, frestas em rochas, buracos no solo, moitas, copas de árvores, galhos, troncos, serapilheira e outros abrigos. Além disso, a equipe técnica busca a presença de ninhos ativos na área e colmeias de abelhas. Uma vez encontrados, o local será devidamente isolado e monitorado, não sendo executada a supressão.

11. 4 Acompanhamento da supressão e afugentamento da fauna. Após o período de afugentamento prévio e durante a supressão da vegetação e retirada do material lenhoso (proveniente da supressão), serão realizados os procedimentos de resgate da fauna. Durante o processo de desmate, a equipe de fauna acompanhará as atividades buscando ativamente espécimes que porventura surgir durante a atividade. A cada frente de supressão, será necessário, um médico veterinário com dois auxiliares, e acompanhando a supressão, um Biólogo e dois auxiliares. A base médica pode ser substituída por um convênio com uma clínica veterinária.

12 EQUIPAMENTOS Os equipamentos necessários para o afugentamento e resgate da fauna e os EPI's são: - Caixa de transporte; - Gancho ou pinção; - Puçá; - Luvas de raspa; - Capacete - Perneira; - Bombona; - Formol; - Seringa e agulha; - Luvas de procedimento; - Máscara; - Kit primeiros socorros; - Máquina fotográfica; A escolha do método de captura depende da espécie, peso, tamanho, idade, e da situação em que se encontra o indivíduo. Segundo PACHALY (1992) a captura pode ser feita pelos meios físicos, químicos ou ambos. Segundo o autor o método escolhido deve: garantir a segurança da equipe; garantir a segurança do animal e permitir a realização adequada das atividades médicas ou de manejo do animal. A captura química deve ser feita apenas com o auxílio do médico veterinário, pois envolve o uso de fármacos anestésicos. Base móvel e médico veterinário A avaliação clínica de um animal começa no primeiro avistamento do animal, durante a captura ou perseguição para tal, em que é possível uma avaliação preliminar da saúde aparente, condição corporal, pele e pêlos, habilidade de locomoção e massa corpórea estimada. Será utilizada uma base clínica móvel com medicamentos, equipamentos de primeiros socorros etc. que acompanhará o médico-veterinário em tempo integral e, caso seja necessária alguma intervenção médica mais elaborada, o animal será conduzido até uma clínica veterinária mais próxima. O médico-veterinário responsável deve ter experiência com os métodos de captura de animais silvestres no campo, imobilização/contenção e investigação de doenças e saúde das espécies locais. O trabalho do veterinário deve se iniciar antes mesmo do início da execução do projeto, permitindo ao profissional pesquisar as necessidades do projeto em relação à contenção química, o tamanho das populações envolvidas, a ocorrência regional de doenças e quais podem afetar os animais domésticos no local, etc. ✓ Pode ser necessário a construção de viveiros para reabilitação de animais até a soltura, de acordo com a biologia de cada animal. Transporte dos animais e soltura No transporte dos animais para a área de

soltura, é recomendável que o animal esteja desperto e em pé ou sentado, mas nunca deitado. A recuperação deve ocorrer no recinto de retenção na área de soltura. Se possível, monitorar o estado do animal constantemente até chegar ao recinto de retenção (idealmente na área de soltura). Algumas recomendações para o transporte dos animais são pertinentes: • O transporte do animal deve ser iniciado tão logo o indivíduo esteja carregado, avaliado e a caixa umidificada; • A rota de transporte deve ser cuidadosamente escolhida bem antecipadamente, visando obter o menor tempo de transporte possível. Estradas irregulares aumentam o estresse físico e devem ser evitadas sempre que possível; • O veículo deve ser apropriado para a carga e as estradas a serem usadas; • O veículo ou a equipe deve ter um sistema de comunicação de bordo via rádio ou telefone para solicitar auxílio no caso de eventualidades (p.ex. um animal que escape durante o transporte, ou um problema mecânico mais simples e facilmente reparável); • Falhas do veículo são problemas potencialmente sérios que podem contribuir para o fracasso do transporte; • Os animais devem ser transportados nas horas mais frescas do dia, a fim de se evitar estresse e exaustão por calor devido ao desconforto; • O animal deve ser frequentemente examinado durante o transporte de forma a detectar quaisquer problemas que possam ocorrer; • A temperatura dentro da jaula deve ser monitorada e mantida em um nível confortável pelo aumento ou diminuição da ventilação e a água deve estar sempre disponível ao animal durante o transporte, especialmente em viagens feitas sob temperaturas altas; • Durante o transporte, drogas e equipamentos para intervenções veterinárias devem ser carregados com o comboio para lidar com quaisquer emergências, sob orientação do médico-veterinário responsável. Os animais resgatados 19 devem ser levados à área de soltura, previamente estabelecidas, e reintroduzidos ao seu habitat natural. O local de soltura deve ser escolhido com base em IUCN (1987), manual internacional para atividades de manejo e reintrodução de animais silvestres: • O local de soltura deve ter o mínimo de intervenção antrópica possível, garantindo, dessa forma, proteção aos animais reintroduzidos; Disponibilidade de habitat adequado para cada espécie reintroduzida, visto que cada espécie possui seu próprio habitat natural e exigências ecológicas; • O local deve ter uma capacidade suporte suficiente para sustentar o crescimento da população reintroduzida em longo prazo; • Distância da malha viária e centros urbanos; Possibilidade de rotas de fuga como rios e corredores ecológicos. Tendo-se constatado o bem estar físico do animal mediante avaliação do médico veterinário, ele será levado para a área de soltura. Na ocasião será rapidamente vistoriado e liberado de forma tranquila e segura. Caberá ao profissional responsável o acompanhamento de todos os passos da soltura, incluindo o afastamento das pessoas e a visualização. Todas as solturas deverão ser georreferenciadas.

13 ANÁLISES DOS DADOS A seguir está às análises indicadas para avaliação das populações das espécies. No entanto, outras análises poderão ser inseridas, mais voltadas para o objetivo do estudo, com o acréscimo dos dados das próximas campanhas, será possível realizar as análises indicadas. Análise de Riqueza e Diversidade de espécies A necessidade de realização de análises de riqueza e diversidade de espécies encontra-se prevista na Instrução Normativa nº 146, de 10 de janeiro de 2007 do Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no inciso III do Artigo 5º (Brasil, 2007). Todas as espécies ameaçadas registradas em campo, seguirão as seguintes análises, sempre que possível. Estimador de Riqueza de Espécies Jackknife 1ª e 2ª ordem – É uma função do número de espécies que ocorrem em uma e somente uma amostra, as quais são denominadas espécies únicas (HELTSHE & FORRESTER, 1983). Chao 2 (SChao2) – É uma função do número de espécies que ocorrem em uma amostra (única), bem como do número de espécies que ocorre em duas amostras (duplicadas; COLWELL & CODDINGTON, 1994). Índice de Diversidade de Espécies Simpson (Ds) – Fornece a probabilidade de que dois indivíduos tomados ao acaso de uma amostra com N indivíduos e S espécies sejam pertencentes à mesma espécie. Assim, quando maior o valor assumido pelo índice, menor é a diversidade de espécies estimada para a amostra (LUDWIG & REYNOLDS, 1988). Shannon-Wiener (H) – É um dos mais amplamente empregados em ecologia de comunidades. Expressa o grau de incerteza que existe em se predizer a qual espécie pertence um indivíduo escolhido ao acaso em uma comunidade contendo S espécies e N indivíduos (LUDWIG & REYNOLDS, 1988).

Observação: Fica APROVADO o PLANO DE MANEJO DE FAUNA SILVESTRE com RESGATE E AFUNGENTAMENTO da fauna apresentado pelo empreendedor.

Fauna:

1. INTRODUÇÃO

2. A fauna mineira, devido aos seus três biomas – Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga –, é uma das mais ricas do Brasil. Sabe-se que graças à fartura de rios, lagos, lagoas, há uma vasta diversidade de peixes: das 3 mil espécies brasileiras, 380 ocorrem em Minas (12,5%). E das 1.678 espécies de aves brasileiras, 46,5% (780 delas) foram verificadas no Estado, várias endêmicas, como o joão-cipó (*Asthenes luizae*) que habita os campos rupestres da Serra do Espinhaço. Há em Minas Gerais 190 espécies de mamíferos não-aquáticos - o que representa 40% dos catalogados no Brasil; 180 espécies de répteis entre serpentes, lagartos e jacarés, com destaque para as 120 de serpentes - quase metade das catalogadas no país; 200 espécies de anfíbios – um terço das que ocorrem no país – sendo vários os gêneros endêmicos de anuros (sapos, rãs e pererecas) da Mata Atlântica e das serras do Cipó e da Canastra.

O conhecimento sobre a composição dos grupos de vertebrados de uma área é fator de importância primordial em projetos para a sua conservação. Assim, a identificação das espécies de bioindicadores ou representantes da dinâmica ecológica local dos diferentes ambientes (ecossistemas) do Bioma e seu grau de impacto revelam-se decisivos para o sucesso das ações que buscam conservar a biodiversidade (HEYER et al., 1994). A manutenção da biodiversidade é conferida pela fauna, pois desempenha diversos papéis essenciais no ciclo de vida da flora nativa, alimenta-se de frutos produzidos por plantas e pode funcionar como polinizador e dispersante de sementes. A fauna tem papel fundamental na manutenção do meio ambiente saudável, pois, por meio da sua interação com a vida humana, produz serviços ambientais imprescindíveis à manutenção dos seres vivos, tais como alimento, polinização e dispersão de plantas, manutenção do equilíbrio de populações e controle de pragas. Porém, esse papel está cada vez mais ameaçado. As mudanças das paisagens induzidas pelo homem associadas com a perda e fragmentação do habitat colocam populações de animais selvagens em risco.

A compreensão dos aspectos naturais desempenha efeito direto e indireto no planejamento territorial, deste modo ampliação do conhecimento geoambiental poderá direcionar a forma conveniente de manejo, exploração e/ou conservação dos elementos ambientais uma vez que a expansão das atividades humanas, sem um conhecimento prévio desses elementos naturais, podem ocasionar consequências desastrosas e limitantes à sociedade e ao seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, o conhecimento ambiental pode direcionar a melhor forma de exploração destes elementos, minimizando impactos ambientais negativos

O Laudo de fauna consiste na forma direta de conhecer os componentes da diversidade animal em um determinado local e tempo. Gerar uma lista de espécies presentes em uma área pode ser algo complexo, sendo necessário o uso de técnicas específicas para a amostragem de um determinado grupo, além do conhecimento sobre sua taxonomia e ecologia. Os resultados destes laudos, expressos em seus dados primários, balizarão a análise a ser realizada pelos órgãos ambientais.

O Levantamento em campo foi realizado na propriedade cuja denominação é Fazenda Baixa Fria que encontra-se insirida na zona rural do município de Francisco Sá-MG, as áreas levantadas são áreas de influência de vegetação nativa. Para auxiliar no levantamento em campo e na identificação dos dados coletados, foi utilizado referências bibliográficas como artigos científicos, listagem de espécies da fauna silvestre, trabalhos e estudos na área, fotografias e imagens cedidas pela internet para identificação das fezes, pelos pegadas coletadas em campo e ainda recursos auditivos para a identificação dos sons gravados das aves durante o reconhecimento realizado nas áreas de influência. Ainda, com relação às técnicas de levantamento preferencialmente não invasivas.

Assim, a metodologia aplicada, quando possível, incluiu tais técnicas, a fim de evitar algum possível impacto ambiental negativo nas áreas de influência escolhidas para o levantamento em campo da Fauna Silvestre. Desta forma este estudo apresenta-se como um elemento dinamizador de importância regional. Tanto para a fauna quanto para a flora, foram utilizados dois tipos de metodologia: coleta de dados primários e dados secundários.

Dados Primários: coleta de dados em campo para desenvolvimento de Inventário Florestal e identificação de animais presentes na área;

Dados Secundários: informações coletadas por meio do IDE Sisema, pesquisas e trabalhos já realizados em locais próximo à área em questão, buscando identificar Unidades de Conservação existentes nas proximidades da área, caracterizando a composição florística e as formações vegetacionais presentes na área de implantação do empreendimento e seu entorno; Diante disto, o principal objetivo deste estudo é apresentar além das características ambientais da fauna, condições para criar viabilidade técnica, e

socioambiental do empreendimento atendendo todos os parâmetros e requisitos legais. L

A fauna possui fundamental importância para a manutenção do equilíbrio de ecossistemas. São os animais os principais responsáveis pela dispersão de sementes, controle na abundância de espécies que em excesso podem ser prejudiciais a lavouras e criações, por exemplo, ou ainda na produção de uma variedade de medicamentos. Os métodos a serem adotados e o período amostral de um laudo de fauna, geralmente são definidos pelo órgão ambiental responsável pelo licenciamento. É imperativo que a realização de um estudo de fauna seja precedida por um adequado delineamento experimental.

A definição dos períodos de amostragem é de suma importância, devendo ser suficiente para a correta amostragem dos grupos faunísticos. Para cada grupo faunístico existem metodologias específicas e consagradas, as quais podem e devem ser adaptadas para cada situação. Para esta definição, deverá ser analisado o local a ser diretamente impactado, e a sua área de entorno, que terá influência dos impactos indiretos. Deste modo o levantamento faunístico da área da Fazenda Baixa Fria é visa identificar e caracterizar a diversidade das espécies animais ocorrentes na área neste período, apresentando o estado de conservação da biodiversidade e as interações ecológicas do bioma.

3. **ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)** Para a fauna a Área Diretamente Afetada é restrita à área onde ocorrem os trabalhos de supressão de vegetação nativa para formação de pastagens e áreas de benfeitorias, uma vez que as alterações bióticas sobre essas áreas podem causar modificações na biodiversidade observada, por exemplo, atraindo espécies generalistas e afastando as espécies especialistas e/ou dependentes de ambientes mais isolados.
4. a. **ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID)** A Área de Influência Direta foi definida para a fauna como as áreas onde os impactos das ações das fases de planejamento, implantação e operação do empreendimento incidem diretamente e de forma primária sobre os elementos do meio biótico (vegetação e fauna). Assim, a AID está definida como as áreas de preservação permanente, reservas legais e remanescentes de vegetação nativa que apesar de não serem diretamente afetadas podem sofrer com impactos diretos da operação. Tendo em vista que a localização da área onde se pretende instalar o empreendimento encontra-se em área urbana.
5. b. **ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA (AII)** A Área de Influência Indireta (AII) compreende os locais passíveis de serem influenciados indiretamente, positiva ou negativamente pelo empreendimento ou mesmo de influenciarem, tanto positiva quanto negativamente o empreendimento. Assim, foi definido um raio de 500M ao redor da AID como sendo a AII. Este valor de 500M toma como base um valor médio de deslocamento de onças-pintadas, que podem ocupar áreas de 10 km² a 200 km² (Salom-Pérez et al. 2007, Silver et al. 2004). A Mata Atlântica é a segunda maior floresta pluvial tropical do continente americano, que originalmente estendia-se de forma contínua ao longo da costa brasileira, penetrando até o leste do Paraguai e nordeste da Argentina em sua porção sul. No passado cobria mais de 1,5 milhões de km² – com 92% desta área no Brasil (Fundação SOS Mata Atlântica & INPE, 2001; GalindoLeal & Câmara, 2003). A Mata Atlântica é um dos 25 hotspots mundiais de biodiversidade. Embora tenha sido em grande parte destruída, ela ainda abriga mais de 8.000 espécies endêmicas de plantas vasculares, anfíbios, répteis, aves e mamíferos (Myers et al., 2000). Extremamente heterogênea em sua composição, a Mata Atlântica estende-se de 40 a 32oS e cobre um amplo rol de zonas climáticas e formações vegetacionais, de tropicais a subtropicais. A elevação vai do nível do mar até 2.900m, com mudanças abruptas no tipo e profundidade dos solos e na temperatura média do ar (Mantovani, 2003). Variações longitudinais são igualmente marcantes. Quanto mais interioranas, mais sazonais tornam-se as florestas, com índices de pluviosidade caindo de 4000 mm a 1000 mm em algumas áreas da Serra do Mar (Oliveira-Filho & Fontes, 2000; Mantovani, 2003). Junto com a floresta tropical, a Mata Atlântica abrange formações mistas de araucária ao sul, com distinta dominância de lauráceas, e florestas decíduas e semidecíduas no interior. Várias formações encontram-se associadas ao bioma, como mangues, restingas, formações campestres de altitude e brejos (florestas úmidas resultantes de precipitação orográfica em meio a formações semi-áridas no nordeste brasileiro; Câmara, 2003). Deste modo a área do empreendimento está inserida no domínio fitogeográfico composto pelo bioma Mata Atlântica. Essa é uma região com vasta complexibilidade vegetal, sendo também uma área de vegetação de estágio inicial de regeneração, devido a sua localização

6. 8. . MASTOFAUNA DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA (AII) Mamíferos volantes e não-volantes Atualmente são conhecidas 5.418 espécies de mamíferos, as quais apresentam grande diversificação na ocupação dos habitats terrestres e aquáticos (WILSON & REEDER 2005). Mais de 650 espécies ocorrem no Brasil (REIS et al.,2006). De acordo com a Sociedade brasileira de Mastozoologia 755 espécies ocorrem no Brasil. Os roedores são a maioria com 257 espécies. Esses dados foram divulgados em março de 2020. A grande maioria das espécies ameaçadas (40 espécies) estão incluídas na categoria Vulnerável (VU). Quase um terço (18 espécies) está na categoria Criticamente em Perigo (CR) e as 11 espécies restantes situam-se na categoria Em Perigo (EN), segundo critérios de avaliação adotados para a elaboração da lista em 2002 (IUCN, 2001). Nenhuma espécie foi considerada Extinta ou Regionalmente Extinta. As espécies ameaçadas estão distribuídas em 10 das 12 ordens com representantes no Brasil. Segundo o livro vermelho das Espécies Ameaçadas, a mastofauna de Minas Gerais é muito diversificada, chegando a apresentar mais de 240 espécies conhecidas. Tal diversidade está relacionada com a grande variedade de habitats, que são associados às diferentes fitofisionomias encontradas no estado, pertencentes aos biomas Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga. No entanto, 40 destas espécies encontram-se ameaçadas de extinção (BIODIVERSITAS, 2005). A mastofauna regional é pouco conhecida. Os trabalhos já realizados na região são restritos tanto em número de espécies, como em termos de acesso à consulta, já que a maioria se trata de estudos realizados para compor análises de Impacto Ambiental. As espécies levantadas com possível ocorrência para a AII são representadas na Tabela 02
7. 9. HERPETOFAUNA DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA (AII) Até dezembro de 2020, eram conhecidos mais de 11.440 espécies de répteis no mundo, sendo a grande maioria deles do grupo Lepidosauria (6.972 espécies de lagartos, 3.879 de serpentes, 201 de anfisbenas e uma espécie de tuatara. Os Testudines contam com 361 espécies e os crocodylianos com 26 (Dados disponíveis no banco de Dados “Reptile Database (2020)”). Até fevereiro de 2018, eram descritas para o Brasil 795 espécies, sendo 36 Testudines, 6 Crocodylia e 753 Squamata (72 anfisbenas, 276 “lagartos” e 405 serpentes). Considerando subespécies, são 6 Crocodylia, 37 Testudines e 799 Squamata no Brasil (75 anfisbenas, 282 “lagartos” e 442 serpentes), totalizando 842 espécies e subespécies de répteis no país. Até 26 de fevereiro de 2019, a fauna de anfíbios do Brasil compreendia 1136 espécies. A grande maioria das espécies sendo anuros, incluindo 1093 espécies (2 invasores exóticos) representando 20 famílias e 105 gêneros, seguidos por cecilianos, com 38 espécies em quatro famílias e 12 gêneros, e salamandras, com cinco espécies em uma única família e gênero (Sociedade Brasileira de Herpetologia, 2019). O Brasil é o país com a maior diversidade deste grupo em todo o mundo, o que aumenta bastante nossa responsabilidade em entender e preservar esta riqueza. Em Minas Gerais, há informações sobre a ocorrência de quase 250 espécies. Isto se deve à diversidade de ambientes e tipos fitofisionômicos presentes no Estado, pertencentes aos domínios da Mata Atlântica, do Cerrado e da Caatinga. Além de importantes formações do relevo como a Serra da Mantiqueira e do Espinhaço e de ser drenado por importantes bacias hidrográficas, como as do Rio Doce, São Francisco e Jequitinhonha. No estado de Minas Gerais, o conhecimento sobre os anfíbios ainda é extremamente fragmentado, seja pelo diferente grau de conhecimento nas diversas regiões do Estado ou nos diversos grupos. Por exemplo, vastas regiões da Mata Atlântica e do Cerrado ainda permanecem sem qualquer amostragem e, mesmo naqueles locais onde já foram realizados alguns trabalhos, os anfíbios de serrapilheira e com hábitos fossoriais ainda estão insuficientemente estudados. A ocorrência de declínios de populações já foi indicada para a Serra do Cipó (ETEROVICK et al., 2005). Dentro do conhecimento atual, podemos destacar e eleger como potencialmente ameaçadas aquelas espécies endêmicas ou com registro em apenas uma única localidade em Minas Gerais. As regiões serranas parecem ser aquelas com maior número de espécies endêmicas no Estado, com destaque para a Serra do Espinhaço, onde são exclusivas 23 espécies como, por exemplo, Bokermanohyla alvarengai, B. nanuzae, B. martinsi, B. saxicola, Phyllomedusa itacolomi, Hylodes otavioi, Hylodes uai, Physalaemus erythros, Thoropa megatympanum; e a Serra da Mantiqueira, onde estritamente ocorrem Chiasmocleis mantiqueira (Serra do Brigadeiro), Hylodes babax, Hylodes vanzolinii e Cycloramphus bandeirensis (Serra do Caparaó), Hylodes amnicola e Physalaemus rupestris (Serra do Ibitipoca), Hypsiboas stenocephalus, Hypsiboas beckeri, Scinax caldarum, Scinax ranki, Bokermannohyla vulcaniae e Proceratophrys palustris (Poços de Caldas), Holoaden bradei e Paratelmatobius lutzi (Serra da Tatiaia) (CRUZ & FEIO, 2007). Outras espécies, apesar de conhecidas nas demais regiões do país e nos

demais estados que fazem fronteira com Minas Gerais, apresentam registros em uma única localidade em Minas Gerais, como a *Aparasphenodon brunoi* no Parque Estadual do Rio Doce, a *Rhinella proboscídea* em Almenara, a *Scinax camposseabrai* na região do Jaíba e a *Sphaenorhynchus palustris*, a *Physalaemus erikae* e a *Eleutherodactylus vinhai* em Salto da Divisa. O registro de espécies com distribuição restrita é uma característica natural entre os anfíbios. Esta característica, aliada ao comportamento reprodutivo explosivo de algumas espécies, que impossibilita sua amostragem em estudos a curto prazo, certamente dificulta a definição do status de conservação de algumas espécies nos atuais critérios para categorização de espécies ameaçadas. Para a área do presente estudo existem cinco espécies que foram classificadas como “Ameaçadas”, segundo a IUCN (2022), ICMBIO (2018) e/ou COPAM (2010). As espécies correspondem à *Pithecopus ayeaye* (Perereca-das-folhagens), *Acanthochelys spixii* (Cágado-preto), *Heterodactylus lundii* (Cobra-de-pés/Bribe), *Bothrops itapetiningae* (Desconhecido) e *Hypsiboas cipoensis* (Nome popular desconhecido). O levantamento contendo as espécies com possível ocorrência para a área do empreendimento segue na Tabela 03. Foram levantadas 71 espécies classificadas dentre 22 famílias e quatro ordens.

10. AVIFAUNA DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA (AII) As aves constituem um grupo taxonomicamente bem estudado, devido a algumas peculiaridades que facilitam sua observação e identificação, tais como a maioria das espécies do grupo apresentar hábitos diurnos, cores e formas variadas. Além disso, as espécies de hábito noturno emitem com frequência vocalizações (GUZZI, 2004; DEVELEY, 2003). As peculiaridades e exigências do grupo fazem deste uma ferramenta eficaz na avaliação do status de conservação local (FAVRETTO et al., 2008). O grupo é afetado diretamente pela fragmentação de habitats, sofrendo alterações em sua distribuição, abundância, alimentação e sucesso reprodutivo, dentre outros aspectos. Minas Gerais possui uma avifauna rica e diversificada. Das 1.919 espécies descritas para o Brasil (CBRO, 2015), mais de 785 ocorrem no estado, o que corresponde a cerca de 43% de toda a avifauna do País. Destas, 95 espécies são consideradas como endemismos, sendo 54 espécies endêmicas da Mata Atlântica, 20 espécies endêmicas do Cerrado, 12 espécies endêmicas da Caatinga e nove endêmicas dos topos de montanhas do Sudeste brasileiro (DRUMMOND et al., 2005). A região do Norte de Minas foi classificada pela Fundação Biodiversitas como uma região com potencial importância biológica para a conservação das aves, por abrigar espécies endêmicas do Brasil. Além disso, a região está inserida no bioma sob forte influência do bioma Mata Atlântica, apresentando, portanto, espécies típicas destes biomas. Destas, destacam-se endemismos, sendo espécies endêmicas da Caatinga: a Choca-do-nordeste (*Sakesphorus cristatus*), o Tiê-caburé (*Compsotrappis loricata*) e o Cardeal-donordeste (*Paroaria dominicana*). Das espécies com potencial de ocorrência para a região, seis encontram-se sob algum grau de ameaça. Sendo elas: *Rhea americana* (Ema); *Sarcoramphus papa* (Uruburei); *Aratinga auricapillus* (Jandaia-de-testavermelha); *Primolius maracana* (Maracanã-verdadeira); *Amazona aestiva* (Papagaio-verdadeiro); *Mycteria americana* (Cabeça-seca). Destaca-se ainda a existência de espécies com valor cinegético (apreciadas por caçadores), como: o inhambu-chororó (*Crypturellus parvirostris*), rolinha-roxa (*Columbina talpacoti*), fogo-apagou (*Columbina squammata*), pombão (*Patagioenas picazuro*) e juriti-pupu (*Leptotila verreauxi*). Além destas, algumas espécies são apreciadas como aves de cativeiro, tais como: o tuim (*Forpus xanthopterygius*), o periquito-de-encontro-amarelo (*Brotogeris chiriri*), o papagaio-verdadeiro (*Amazona aestiva*), o sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*), o sabiá-barranco (*Turdus leucomelas*) e o Sabiá-poca (*Turdus amaurochalinus*). As espécies de possível ocorrência para a área do empreendimento seguem especificadas na Tabela 04. Foram levantadas 195 espécies dentre 44 famílias e 20 ordens.

11. INVERTEBRADOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA (AII) O número total de espécies de invertebrados conhecidas no mundo hoje situa-se entre 1.218.500 e 1.298.600, e estima-se que 96.660-129.840 ocorrem no Brasil. Os principais responsáveis por esses números são os insetos, dos quais se conhecem 950 mil espécies no mundo e 80.750-109.250 no Brasil (LEWINSOHN & PRADO, 2005). Para o Brasil, as menores estimativas indicam a existência de sete vezes mais espécies de invertebrados terrestres do que as hoje registradas. Esses valores colocam dois grandes desafios aos conservacionistas e taxônomos: proteger essas espécies da extinção e descrevê-las em uma velocidade maior do que sua velocidade de extinção. Da lista oficial revisada de espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção, constam 130 espécies de invertebrados terrestres, distribuídas em quatro filos, seis classes, 14 ordens e 43 famílias. Não se sabe exatamente o número de espécies de invertebrados que existe em Minas Gerais, mas há evidências que seja muito alto, uma vez que este é um dos grupos taxonômicos mais diversos entre os

seres vivos. O fato de Minas Gerais se localizar em uma região geográfica que engloba parte dos biomas do Cerrado, Mata Atlântica e da Caatinga, explica a grande diversidade de sua fauna de invertebrados que, entretanto, é pouco estudada. Com efeito, ainda são poucas as informações existentes sobre a taxonomia, a extensão de ocorrências e o tamanho das populações da grande maioria dos invertebrados do Estado. Os principais estudos sobre diversidade de invertebrados apresentam maior ênfase aos insetos polinizadores, vetores de doenças e pragas agrícolas, sendo escassos e insipientes os estudos sobre diversidade de insetos em ambientes naturais, o que dificulta a elaboração de uma lista para biodiversidade regional em ambientes Naturais. Segue na Tabela 05 invertebrados com possível ocorrência para a área do empreendimento. Foram observadas 27 espécies dentre 11 famílias e quatro ordens. Nenhuma se encontra sob o status de ameaça e também não são consideradas como endêmicas Para viabilização deste estudo foram observadas algumas espécies nas ADA, AID E AII de maneira superficial com entrevistas aos moradores da região e por meio de pesquisa virtual que relataram espécies diversificadas como, por exemplo, aves como a codorna (*Coturnix Coturnix.*), urubu caçador (*Cathartes aura*), João de barro (*Furnarios rufus*), abelhas, beija-flor (*Phaethornis*), tico-tico (*Zonotrichia capensis*), bem-te-vi (*Pitangus sp.*), rolinha (*Columbina picui*), anu-branco (*Guira-guira*), João-de-barro (*Furnarius rufus*), bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), pardal (*Passer domesticus*); já os répteis tais como a jararaca (*Bothrops jararaca*), teiú (*Tupinambistequixim*), cobra verde (*Liophis sp.*) e cobra cega (*Sphonops sp.*), caninana (*Spilotes pullatus*), cacavel (*Crotalus durissus collilineatus*), coral (*Micrurus colallinus*), cobra-cipó (*Chironius bicarinatus*), jararaca (*Bothrops jararaca*), Urutu (*Bothrops alternatus*). Já os mamíferos podemos mencionar a presença de gato do mato (*Felis Wiedi*), veado (*Mazama sp.*), , tatu peba (*Euphractus sexcinctus*), preá (*Cavia sp.*), rato do mato (*Gryzonys spp.*), Cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), Mocó (*Kerodon rupestres*), Raposa-do-campo (*Lycalopex vetulus*), Gambá (*Didelphis marsupialis*), Sagui (*Callithrix penicillata*).Nenhuma das espécies citadas à cima é considerada como ameaçada de extinção. É importante ressaltar que o bem-te-vi (*Pitangus sp.*) realiza movimentos migratórios o que é de extrema importância ecológica, consistindo justamente na função trófico-energética que estes animais desempenham ao habitar temporariamente diferentes ecossistemas (Andrade 1993). Os répteis citados estas classes possuem, em geral, ampla distribuição geográfica, sendo encontradas em várias tipologias. Já os mamíferos caracterizam-se por serem espécies de maior plasticidade ambiental, que ocorrem em ampla área geográfica e em grande diversidade de habitats, no entanto os mamíferos da área em estudo não possui riqueza expressiva, provavelmente em decorrência do grau de isolamento. Portanto e compreendendo a importância de cada elemento dentro do contexto estudado, a caracterização ambiental é de extrema importância à compreensão acerca da de cada elemento natural no contexto em que englobam a fauna e flora na região em que estão inseridas. Os aspectos ambientais de uma determinada área são fundamentais, pois este estudo pode auxiliar em um melhor aproveitamento e gerenciamento dos recursos do meio biótico. Posto que, a partir do mapeamento das características da área de estudo, concluiu-se que é uma técnica eficiente, visto que possibilita entender os elementos ambientais que compõe a área do empreendimento e como estes se inter-relacionam, de modo a auxiliar o melhor aproveitamento e gerenciamento dos recursos ambientam. Os resultados deste trabalho podem auxiliar na gestão e para um possível planejamento ambiental do município, pois este constitui como uma ferramenta que oferecem subsídios embasados nos elementos físicos, sendo fundamental na resolução de problemas socioambientais. Cabe ressaltar que estando o empreendimento em área de expansão rural, não possuindo predominância de núcleos residenciais no entorno, pode se afirmar que o mesmo não será gerador de impactos negativos significativos à vizinhança.

Obs.: Fica APROVADO ESTUDO DE LEVANTAMENTO DE FAUNA SILVESTRE TERRESTRE (DADOS SECUNDÁRIOS) apresentado pelo empreendedor.

Espécies vegetais: Surucania, prequiteira, angelim, tamboril, aroeira, angico,etc.

4.4 Alternativa técnica e locacional:

Não há alternativa locacional.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Recomendamos a supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, em área de 100,00ha de Floresta Estacional Decidual estágio inicial, inserido no Bioma Caatinga-MAPA IBGE, dentro da abrangência do Bioma Mata Atlântica, Lei Federal 11.428/2006. O objetivo implantação de projeto pecuária (pastagem),

localizada na FAZENDA BAIXA FRIA no município de Francisco Sá/MG, tendo como empreendedor/responsável FAUSTO GERALDO FERREIRA FILHO, inscrito no CNPF nº 577.434.286-72.

A área requerida está sendo recomendado a intervenção em sua totalidade.

* O rendimento do material lenhoso previsto é **1.183,3840m3 de lenha** de floresta nativa, referente a área recomendada para intervenção ambiental de 100,00ha de FED-Inicial.

Obs.: O empreendedor deverá recolher a taxa de reposição florestal referente a **1.183,3840m3 de lenha de florestal nativa**, antes da emissão do AIA.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os possíveis impactos ambientais que serão gerados coma atividade da usina fotovoltaica em relação ao desmatamento são: A remoção da cobertura vegetal pode acarretar em efeitos diversos nos meio biótico e físico. Além da perda quali quantitativa da diversidade florística e supressão de habitats disponíveis para a fauna, a remoção da proteção natural do solo pode acarretar no surgimento de processo erosivos e consequentemente, na intensificação do processo de assoreamento dos cursos d'água a área de inserção na

FAZENDA BAIXA FRIA no município de Francisco Sá/MG, tendo como empreendedor/responsável FAUSTO GERALDO FERREIRA FILHO, inscrito no CNPF nº 577.434.286-72, erosão e compactação do solo, alteração da diversidade da flora local e redução da capacidade de suporte para a fauna, estes impactos negativos. Porém com a atividade alteração do uso do solo, há também impactos positivos com : Geração de empregos, melhoria da infra estrutura sócio-econômica das propriedades e da região.

*As principais medidas mitigadoras a serem observadas pelo o proprietário com relação Intervenção Ambiental são as seguintes:

- Proteger e respeitar os limites da área de reserva legal;
- Conservar aceiros no entorno da propriedade;
- Proibido o uso do fogo sem prévia autorização do órgão competente;
- Adotar técnicas de conservação e uso do solo e de controle de erosão;
- Utilizar métodos de afugentamento dos animais silvestres no momento da intervenção ambiental;
- Realizar a supressão de forma gradual visando o deslocamento da fauna para os remanescentes de vegetação nativa e de reserva legal;
- Durante a atividade de supressão da vegetação, os animais da fauna silvestres visualizados devem ser direcionados para a área de escape, ou seja, para áreas de vegetação com conectividade próxima à intervenção.

Obs.: * Informar a Polícia Ambiental de montes Claros/MG o INÍCIO e TÉRMINO da intervenção ambiental na propriedade em questão.

6. CONTROLE PROCESSUAL

Trata-se de um pedido de intervenção ambiental para supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, em uma área de 100,00 hectares de Floresta Estacional Decidual em estágio inicial, localizada na FAZENDA BAIXA FRIA no município de Francisco Sá/MG. O objetivo dessa intervenção é a implantação de um projeto de pecuária (pastagem). O responsável pelo empreendimento é FAUSTO GERALDO FERREIRA FILHO, inscrito no CNPF nº 577.434.286-72.

Conforme o artigo 44, II do Decreto 47.892/2020, a análise desse pedido é de responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas (IEF). A propriedade em questão, Fazenda Baixa Fria, possui uma área documentada de 631,15,28 hectares e está registrada sob a matrícula 6654 no Cartório de Registro de Imóveis de Francisco Sá/MG. Os Espólios de Maria Nazaré Soares de Queiroz e Geraldo de Oliveira Queiroz são os proprietários, e há uma escritura pública de compra e venda assinada pelo inventariante Vicente Alves Silveira. Além disso, nos autos do processo, consta um documento de Alvará Judicial (67072030) que autoriza o inventariante a realizar a venda da propriedade inventariada, e através de uma

escritura pública, Fausto Geraldo Ferreira Filho celebrou a compra e venda com o empreendedor responsável.

O pedido também inclui o Cadastro Ambiental Rural (CAR) da propriedade, conforme estabelecido no art. 63 da Lei 20.922/13, o qual foi aprovado pelo analista ambiental. O parecer técnico recomendou a aprovação do pedido de intervenção ambiental na área solicitada. É importante ressaltar que, devido à remoção da vegetação, haverá produção de material lenhoso, o qual deve receber uma destinação adequada de acordo com as orientações do parecer técnico.

O pedido e a documentação anexada estão em conformidade com a Lei Estadual nº 20.922/13, a Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102/2021 e outras legislações aplicáveis. Não há, à primeira vista, impedimentos legais que impeçam a aprovação do pedido. Além disso, é exigido o pagamento dos emolumentos relativos ao processo, bem como da taxa florestal, para a emissão da Autorização de Intervenção Ambiental (AIA). O empreendedor deve cumprir os limites estabelecidos na AIA e estar ciente de que o não cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias pode resultar em autuação.

Por fim, ressalta-se que a emissão da AIA não substitui a obtenção de outras licenças legalmente exigíveis pelo requerente, conforme estabelecido pelo Decreto nº 47.383/18.

7. CONCLUSÃO

Por fim, a equipe técnica sugere pelo DEFERIMENTO dessa supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, em área de 100,00ha de Floresta Estacional Decidual estágio inicial, inserido no Bioma Caatinga-MAPA IBGE, dentro da abrangência do Bioma Mata Atlântica, Lei Federal 11.428/2006. O objetivo implantação de projeto pecuária (pastagem), localizada na FAZENDA BAIXA FRIA no município de Francisco Sá/MG, tendo como empreendedor/responsável FAUSTO GERALDO FERREIRA FILHO, inscrito no CNPF nº 577.434.286-72.

* O rendimento do material lenhoso previsto é **1.183,3840m3 de lenha** de floresta nativa, referente a área recomendada para intervenção ambiental de 100,00ha de FED-Inicial.

Obs.: O empreendedor deverá recolher a taxa de reposição florestal referente a **1.183,3840m3 de lenha de florestal nativa**, antes da emissão do AIA.

Validade:

Prazo recomendado para o vencimento do AIA, (03) três anos após a emissão do AIA.

Legislação:

7.1-Lei Federal nº12.651 de 25 de maio de 2012; 7.

2-Lei Federal nº 11.428/06, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.660/08; 7.3-Lei Estadual nº 20.922 de 16 de outubro de 2013;

7.4-Decreto Estadual nº: 46.336, de 16 de outubro de 2013;

7.5-Resolução Conjunta SEMAD-IEF nº 1905, de 12 de agosto de 2013;

7.6-Decreto Nº 47.749, de 11 de novembro de 2019; 7.7-Instrução Normativa do IBAMA nº191/2008.

7.7-Resolução Conjunta SEMAD-IEF nº 3102/21.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

- Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal
 Formação de florestas, próprias ou fomentadas
 Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Por se tratar de processo para atividades de implantação projeto pecuária (pastagem) deve seguir as orientações do 5.1 (Medidas mitigadoras) a serem adotadas durante a intervenção ambiental.

Obs...: CONDICIONANTE SISTEMA SINAFLOR: O empreendedor fica responsável pela inserção das informações complementares no projeto cadastrado no SINAFLOR, inclusive com saneamento das pendências apontadas no projeto, se for o caso, sob pena de suspensão deste AIA

INSTÂNCIA DECISÓRIA

COPAM / URC SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Hélio Alves do Nascimento**
MASP: 0595460-7

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: **Luys Guilherme Prates de Sá**
MASP: 1489579-1



Documento assinado eletronicamente por **Luys Guilherme Prates de Sá**, Servidor, em 05/06/2023, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hélio Alves do Nascimento**, Servidor (a) Público (a), em 12/06/2023, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **66353387** e o código CRC **FEB5B72B**.